

ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA E A ESCOLA DA FILOSOFIA PORTUGUESA

Joaquim Domingues

Instituto de Filosofia Luso-Brasileira

Palácio da Independência, Largo de S. Domingos, 11, 1150-320 Lisboa

(351) 213241470 | iflbgeral@gmail.com

Resumo: Neste nosso texto, dissertaremos sobre o conceito de "escola da filosofia portuguesa" na obra de António Braz Teixeira.

Palavras-chave: Filosofia, Filosofia Portuguesa, António Braz Teixeira

Abstract: In this text, we will discuss the concept of "school of Portuguese philosophy" in the work of António Braz Teixeira.

Keywords: Philosophy, Portuguese Philosophy, António Braz Teixeira

É tão-só na qualidade de português que, sem embargo das dívidas pessoais e de uma já longa amizade, me associo à homenagem ao Dr. António Braz Teixeira, a quem o País deve um conjunto de notáveis serviços, prestados em domínios diversos com dedicação exemplar, e uma obra intelectual ímpar. Descobri-a em 1974, com *A Filosofia Jurídica Portuguesa Actual*, que me interessou, antes de mais, pelo último capítulo, sobre o ‘O Direito e a Justiça no pensamento antropológico de Augusto Saraiva e Álvaro Ribeiro’. Seguindo de longe, havia cerca de um decénio, as publicações que lograva alcançar do movimento da filosofia portuguesa, foi-me grato conhecer o novo autor, cuja obra procurei acompanhar daí em diante.

Só em 1992, porém, num dos colóquios organizados pela Secção Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, o conheci pessoalmente. Tinha entretanto apreciado a sua participação nos governos presididos por Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão, e em especial a sua declaração ao iniciar funções como Secretário de Estado da Cultura: “É a cultura que orienta e determina a política e não esta que orienta a cultura” (*O Comércio do Porto*, 16 Jan. 1981). Dera-se ainda o caso de, no ano do falecimento de Álvaro Ribeiro, ter lançado a revista *Cultura Portuguesa*, onde o Estado reconhecia, creio que pela primeira vez, embora sobretudo na pessoa e obra de José Marinho, a realidade da filosofia portuguesa.

Escuso de encarecer quanto tenho admirado a sua acção na vida cultural portuguesa e mesmo brasileira, através das funções desempenhadas na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, no Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, na Academia das Ciências de Lisboa, em mais de uma universidade e em muitas iniciativas, de algumas das quais foi o mais activo e discreto promotor. A par da ampla produção textual, com que tem renovado o conhecimento e a compreensão de muitos aspectos da nossa evolução artística e mental, mormente nos séculos mais recentes. Motivo pelo qual se honrou a Universidade de Lisboa ao conceder-lhe, em 2006, o doutoramento *honoris causa*, em cerimónia a que tive gosto de assistir.

Por se tratar de um dos momentos por certo mais solenes do seu percurso intelectual e humano, atribuo especial significado ao breve, mas ponderado discurso de agradecimento então proferido. Atribuindo aquela distinção ao “reconhecimento do honesto propósito de servir a cultura e a reflexão filosófica de língua portuguesa”, assim como ao “propósito de serviço”, que norteou a sua actividade pública ao longo de quase cinquenta anos, António Braz Teixeira recordou então os mestres e companheiros cujo magistério e convívio mais o penhoravam, a começar pelos da

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde se formara. Na sequência, afirmou o que, dadas as circunstâncias, merece especial registo:

“Depois, ainda e acima de tudo e de todos, José Marinho e Álvaro Ribeiro, com cuja lição e exemplo de vida aprendi, intelectual e vivencialmente, o significado da generosidade filosófica, o valor especulativo da compreensão do diferente, a natureza interrogativa da filosofia e a matricial relação da interrogação filosófica com o enigma e o mistério, o primado do conceito criador, que une ser e verdade, sobre o juízo separativo, que cinde, exclui ou aniquila, as fundas relações da razão com outras formas gnósicas de que o seu processo sempre depende, a consubstancial implicação entre pensamento e palavra, o fundo sentido ético e metafísico do despojamento, a fidelidade à verdade, a real complementaridade de tudo e a sua substantiva referência ao Espírito que, na sua criadora e imprevisível liberdade e na sua memória original e inventiva, em si tudo une, liberta e redime”.

Se bem a entendi, esta declaração significava que, naquela cerimónia formal, mediante proposta do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras, a Universidade de Lisboa atribuiu o seu primeiro doutoramento em Filosofia Portuguesa, na pessoa do Doutor António Braz Teixeira. Por isso o felicitei duplamente na altura; pois, graças ao “honesto estudo”, com o seu mérito fora enfim premiado também o dos mestres e companheiros que evocara. E assim, o que alguns tinham considerado a bandeira de um grupo, mais ou menos marginal, senão suspeito de ligações espúrias, era formalmente reconhecido como via especulativa razoável, racional e até com valor institucional.

Em brevíssimos mas eloquentes traços ficara assinalada a perspectiva, que considero capital, para a compreensão do pensamento que anima a sua obra, mesmo quando, por qualquer motivo, não seja patente neste ou naquele escrito. Se há, porém, quem tenha insistido no carácter sistemático, ainda que implícito, do filosofar e tenha dado mostras de seguir um rumo bem definido, apesar da feição monográfica e aparentemente fragmentária de alguns dos seus estudos, é António Braz Teixeira, cuja obra vai desenhando um panorama dinâmico, cada vez melhor articulado, do pensamento português, em especial o expresso em vernáculo. Para o entender melhor, importa, no entanto, considerar a noção de escola, por sinal recorrente nos seus textos.

*

É doutrina comum a grandes mestres e modestos manuais que o filosofar tem origem no espanto ou na admiração, que é como quem diz, resulta do abalo provocado na consciência individual por alguma experiência que ponha em causa os preconceitos, as ideias feitas ou as convicções mais ou menos passivamente recebidas da cultura onde fomos criados. Menos comum é invocar a tradição bíblica segundo a qual o princípio da sabedoria está no temor de Deus; temor entendido como a outra face do amor de Deus, entre cujos atributos se destaca, precisamente, a Sabedoria. Já o Antigo Testamento faz a sua apologia, mormente na belíssima passagem dos *Provérbios* (VIII, 22 a 31): “O Senhor me possuiu no princípio de seus caminhos, desde o princípio, antes que criasse coisa alguma. [...] Estava eu com ele regulando todas as coisas; e cada dia me deleitava, brincando em todo o tempo diante dele; brincando na redondeza da terra; e achando as minhas delícias em estar com os filhos dos homens.” Tanto se exalta por vezes a feição interrogativa do filosofar, que se esquece a intenção sapiencial, que em última instância a justifica; assim, na dramatização coloquial imaginada por Platão, o papel desempenhado por Sócrates – quem só sabia nada saber –, abre o caminho à doutrina do discípulo, professada num ambiente colegial, em termos exotéricos e esotéricos ou acroamáticos, de intenção não só teórica, mas também prática, tanto a nível pessoal como político. A que não é decerto estranha a relação, desde a Antiguidade estabelecida, entre o platonismo e o pitagorismo, escolas com doutrina bem definida; como aliás a de Aristóteles, mentor de Alexandre e “mestre daqueles que sabem”. Sendo certo que em ambos os casos não faltou sequer a dimensão religiosa, dos filósofos que se acolheram à sombra do bosque sagrado de Academos ou do templo de Apolo Lício.

Tal como na Idade Média e nos séculos seguintes, com a especulação acantonada, por via de regra, dentro dos claustros universitários ou das ordens religiosas, cada qual com sua orientação característica, sem embargo de uma complexa teia de variantes, amiúde subtis. Tradição cortada cerce entre nós pelas reformas pombalinas, resultando na patente esterilidade de todo o século XIX, onde apenas se revelaram algumas vocações isoladas e nem o neotomismo adoptado pela Igreja logrou adesão digna de nota. Alegou-se mesmo que sofreríamos de uma incapacidade filosófica inata, compensada pelo génio poético e pela capacidade prática, cuja razão de ser, no entanto, suporia, ao menos, um pensamento implícito.

Causou por isso alguma perplexidade a publicação, em 1943, do opúsculo de Álvaro Ribeiro, *O Problema da Filosofia Portuguesa*, que propunha uma via de solução,

inspirada no magistério de Leonardo Coimbra, na Faculdade de Letras do Porto. Com Sant'Anna Dionísio, Delfim Santos, José Marinho e outros, Álvaro Ribeiro fazia parte do que os meios intelectuais identificavam como os leonardistas, dando prioridade à filiação pessoal sobre a orientação doutrinal dos discípulos do filósofo criacionista, num ambiente mental onde a polémica se insinuava até na argumentação teórica. O certo é que aqueles portuenses, que se reuniam em tertúlias mais ou menos regulares na cidade de Lisboa, para onde se tinham deslocado por contingências várias, se reviam também nos legados de Bruno e de Junqueiro, e mantinham elevado apreço pela obra de Pascoaes, ou seja, continuavam fiéis ao essencial do movimento da Renascença Portuguesa, em cujo âmbito tinham despertado para a vida do espírito.

O ponto merece atenção porque, se houve uma escola de filosofia no Porto, ela foi a Faculdade de Letras, onde Leonardo Coimbra se distinguiu pela superioridade do pensamento, sem contudo lhe imprimir uma orientação sistemática, até porque a sua evolução se debatia com dificuldades várias. Aliás, algo de semelhante se passava com a generalidade dos demais professores e das personalidades da Renascença Portuguesa, que só em termos genéricos se pode dizer que partilhassem outros princípios além desse que os unia em prol da renascença de um País em profunda e prolongada crise espiritual. Teixeira Rego, no âmbito da filologia e da fenomenologia religiosa, Aarão de Lacerda no da simbólica, complementavam o magistério do filósofo; e se Ângelo Ribeiro redigira um manual escolar inspirado na filosofia criacionista, já Newton de Macedo, Mendes Correia e a escola historiográfica seguiam orientações distintas.

Abriam-se caminhos, recuperavam-se valores, resistia-se à degradação, em nome de uma identidade que cumpria restaurar ou reinventar, mas acerca da qual faltava uma doutrina comum, tão certo é que daquele cadinho portuense derivaram, ao menos em parte, os homens de Orfeu, da Seara Nova e até da Presença. A filosofia portuguesa, enquanto projecto assumido por um conjunto ou colégio de personalidades por sinal muito diferentes, veio à luz em Lisboa, em boa parte graças à receptividade de alguns jovens para a tradição especulativa de que Álvaro Ribeiro e José Marinho foram sem dúvida os principais intérpretes e garantes. Se ambos filiaram o seu pensamento no legado recebido no Porto e por cada um reelaborado a seu modo, só lograram formar escola pelo acolhimento caloroso, mas reflectido, de homens como António Quadros, Afonso Botelho, Orlando Vitorino, Francisco Sotomaior, António Telmo, António Braz

Teixeira e Pinharanda Gomes, entre outros, como Eudoro de Sousa, Luís Espírito Santo, Luís Zuzarte, Avelino Abrantes, Jorge Preto e Luís Furtado Guerra.

Na senda daqueles dois mestres, a eles se deve um conjunto de iniciativas que marcou a vida mental portuguesa ao longo da segunda metade do século passado, sobretudo nos anos cinquenta e sessenta, desde conferências e colóquios, a publicações várias, nomeadamente os periódicos *Acto* (1951-52), *57* (1957-1962), *Espiral* (1964-66) e *Escola Formal* (1977-78). Sem nunca pôr em causa o carácter pessoal de cada intervenção, mesmo quando numa fase de amadurecimento ainda, houve então ensejo para dar pública expressão a orientações, teses e temas suficientemente característicos para se poder falar de uma escola; que teria sequência, aliás, nas gerações seguintes, hoje em plena actividade. Nesse processo foram importantes os textos dados a lume em nome do movimento, que também se designou da cultura portuguesa, já que a filosofia sempre foi ali entendida como realidade integrada no complexo de valores, ideias e formas pelas quais se manifesta e realiza o espírito pátrio.

Assim, a primeira página da maior parte dos números do jornal *57* é preenchida por um texto ou composição gráfica em nome do movimento, a começar pelo “Manifesto de 57” e continuando com o “Manifesto sobre a Pátria”, “12 teoremas do ‘57’” (onde, por sinal, não consta o direito ou a justiça), “12 problemas concretos”, “O homem contemporâneo e o labirinto burocrático”, “Problemas sexuais” e “Portugal d’Aquém e Além-Mar”. Foi no n.º 7, de Novembro de 1959, que surgiu o primeiro artigo de António Braz Teixeira neste jornal, como ele mesmo me advertiu. Sob o título “Reflexões”, pode dizer-se que contém, em germe, o essencial dos temas, tópicos e teses que continuaria a glosar, desenvolver e ilustrar até hoje.

Escrito breve, quase oracular, num tom de invulgar elevação, mostra a maturidade que o jovem de vinte e três anos alcançara já: “Ao princípio era o Amor. Por Amor foi criado o Homem. Criado como espírito radicado num corpo animado. E a esse espírito, «razão animada», foi dada a liberdade para a realização dum Destino. O Destino verdadeiro atinge-se no responder integralmente ao chamamento mais fundo do ser, a uma «vocação»; a liberdade autêntica exerce-se com uma finalidade transcendente e dentro duma ordem, a da unidade do próprio Amor.” (p. 9)

Tendo desrespeitado essa ordem pela prática do mal, ele degradou-se e sofreu a queda neste mundo, onde: “Diminuído, dividido, separado, o Homem teve saudade. A recordação do Paraíso começou a fermentar nele e a avivar o desejo do retorno, de

reintegração, de completamento, de restauração da unidade quebrada pelo pecado.” Lançado no movimento da história, do tempo cindido, “a humana saudade é activa [...] visão futurista da vida e do Homem, anseio de Redenção e desejo de reintegração na unidade primeira” (*Ibidem*).

Diminuídas as suas capacidades de conhecimento e de acção, “o Homem afastou-se do reino total da Justiça”; surgindo então o direito, “tentativa sempre constante e nunca plenamente realizada, cujo escopo final, cuja meta sempre longínqua e fugitiva é a Justiça.” Não é apenas o direito, no entanto, que está sujeito à condição mundana: “O horizonte existencial de cada homem, a sua circunstância natural e humana, a sua situação concreta pessoal e espaço-temporal, a cosmovisão do seu aqui e agora – complexo de ideias, crenças, preconceitos, aspirações e mitos – condicionam e limitam fortemente o seu conhecimento da Verdade, do Amor e da Justiça.” (*Ibidem*)

Foi ainda no âmbito do movimento “57” que, em 1961, ano da grave crise resultante da invasão da Índia Portuguesa pela União Indiana, das acções terroristas desencadeadas em Angola e do assalto ao paquete Santa Maria, se realizou um conjunto de conferências sob o título geral: “O que é o ideal português”. Aí expuseram as suas teses António Quadros (O ideal português na Filosofia), Fernando Sylvan (no Mundo), Fernando Morgado (na Arquitectura), Francisco Sottomayor (perante a Religião), Cunha Leão (o Homem), Luís do Espírito Santo (a Família) e Alexandre Coelho (a Economia). A António Braz Teixeira coube pronunciar-se, na quarta sessão, a 30 de Junho de 1961, sobre “O ideal português do Direito”.

Começa por asseverar: “Cada povo, cada Pátria é um conjunto de mitos primordiais, de revelados símbolos, de crenças imemoriais, de secretos arquétipos e repetidas vivências colectivas, em permanente transe de revelação e de renovação”. Desse fundo, nem sempre consciente, emerge o seu ideal, que se objectiva “num gesto, numa figura, numa imagem, num símbolo, ou se assume, já consciente e racionalmente, num pensamento ou numa filosofia” (*O que é o Ideal Português*, Lisboa, s. d., p. 89) O nosso ideal de direito e de justiça, contudo, tem sido “quase sistematicamente contrariado há vários séculos, pelo morrer aqui, neste cais ocidental, de todas as ondas e ressacas das aventuras e malogros espirituais do que equivocadamente chamam Europa” (*Ibidem*, p. 90).

Ainda assim, podemos identificá-lo a partir da constatação de que “a moderna filosofia portuguesa é, toda ela, uma filosofia de *queda* e de *ascensão*”; e, por isso, também, “filosofia do movimento, do movimento humano, do movimento cósmico e do

movimento divino” (*Ibidem*, pp. 91 e 92) A partir daí o texto reconduz-nos às noções sintetizadas no artigo de 1959, insistindo na necessidade de atender ao homem concreto e à sua situação, designadamente como homem português, com uma missão a cumprir no mundo. O que, entre outras consequências, implica a valorização dos poderes de decisão do juiz, a quem cabe, em cada caso, realizar efectiva justiça. Concluindo que, para ser digno do nome, o jurista “deverá ser o pensador capaz de se assumir como ser responsável que, aproximando o Direito da mais alta e verdadeira Justiça, contribui para que se cumpra o ciclo saudoso e o homem se aproxime daquele Deus criador que eternamente aguarda que, redimido, regresse ao seio do seu infinito Amor” (*Ibidem*, p. 100).

Julgo por demais evidente que o núcleo essencial do pensamento do autor de *Deus, o Mal e a Saudade* está definido desde a fase inicial do seu percurso especulativo e em notória sintonia com o dos mestres e companheiros da escola criada em Lisboa pelos herdeiros de uma tradição portuense que, melhor do que qualquer outra, soube compreender o espírito implícito nas mais altas e autênticas manifestações do povo português. A ela não foi de todo alheio o nosso modernismo, motivado também pela intenção de, através da arte, libertar o génio pátrio, agrilhado por uma já longa e penosa sujeição a moldes estranhos. Aliás, a arte de filosofar não se dissocia das demais artes, como, a par das de António Quadros, Afonso Botelho e Orlando Vitorino, para citar apenas alguns dos mais próximos companheiros, se apura da obra de quem dirigiu o Teatro Nacional D. Maria II, a Radiotelevisão Portuguesa, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda e dedicou boa parte da sua colaboração, no 57, na *Espiral* e em diversas publicações, ao teatro em especial, mas também a outras artes.

Para nos atermos ao principal objecto desta perfunctória abordagem do modo como se afirmou, desde cedo, o seu pensamento original, importa insistir na sua articulação com o dos demais parceiros. Muito elucidativa nos parece, no lance, a distribuição dos temas num dos números melhor estruturados da revista *Espiral*, o 4/5, do Inverno de 1964-65. Sob o tópico “Movimentos”, que garantem o dinamismo do processo conducente dos “Princípios” à “Dilatação civilizacional”, alinham-se seis textos: “Da língua portuguesa”, por António Telmo; “Da filosofia portuguesa”, por António Braz Teixeira; “Da história portuguesa”, por Francisco Sottomayor; “Da arte portuguesa”, por António Quadros; “Da crítica literária portuguesa”, por Luís do Espírito Santo; “Da literatura portuguesa”, por António Quadros.

Sublinhe-se, antes de mais, a preocupação de articular posições que, sem embargo das diferenças individuais, supõem, pelo menos, o acordo quanto aos princípios e decerto uma intenção comum. Depois, o facto de ter cabido a António Braz Teixeira a questão porventura mais delicada, objecto ainda naquele tempo de viva polémica. Tanto mais que, para além da colaboração dispersa, o seu único livro de âmbito filosófico até então publicado era a separata de 1959 do *Boletim do Ministério da Justiça*, sobre *A Filosofia Jurídica Portuguesa Actual*.

Abordando as objecções suscitadas pelo opúsculo de 1943 de Álvaro Ribeiro, observa: “Em sua radicalidade, o problema da filosofia portuguesa é o problema da filosofia. Universal no seu anseio e destino, como busca plural e convergente da verdade, [...] a filosofia, enquanto tal, isto é, enquanto pensar no homem e do homem, participa da sua própria condição de ser situado no mundo, numa pátria, numa língua, numa cultura, num culto. Individual e nacional no seu ponto de partida e em sua raiz, múltiplo na aventureira variedade dos caminhos especulativos que se lhe abrem, o filosofar é também, e simultaneamente, universal no sentido último da sua indagação e finalidade.” (p. 43) Há, por isso, que matizar a noção da tradição filosófica nacional, que não tem de considerar-se “um conjunto de soluções ininterruptamente defendidas”, mas passa pelo “prolongamento e desenvolvimento directo e amplificante de teses e caminhos abertos por filósofos anteriores, ou por complementar e dialéctica oposição ao pensar do Mestre, quer ainda e sobretudo no perdurar e aflorar, por vezes com intervalos de séculos, de atitudes especulativas entre si afins” (p. 44). Nessa perspectiva faz a original distinção de duas tradições especulativas: a que, ascendendo a Prisciliano, corresponde a “um sentido mais obsessivo do eterno e a uma vocação predominantemente onto-teológica”, qual a de José Marinho; e a que, remontando a Paulo Orósio, é de “orientação primacialmente fundada no tempo e no devir e de feição mais antropológica e pragmática”, como a de Álvaro Ribeiro, entendemos nós.

Em relação ao presente ciclo, cujo início remonta à publicação, em 1866, da *Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé*, por Amorim Viana, entende ser predominantemente marcado por uma filosofia do espírito, na qual tem especial relevo o tema da cisão ou queda, a que está intimamente associado o do mal. Tudo confluindo para o “messianismo profético que, entre nós, de forma expressa ou implícita, consciente ou inconscientemente, subjaz a todo o pensamento de orientação pragmática ou pedagógica e a toda a filosofia do movimento, humano e cósmico, quando não mesmo

divino, no sentido de uma reintegração ou de um regresso à unidade ou ao estado primordial anterior à queda e à cisão” (p. 45).

O artigo conclui com nova demarcação da filosofia portuguesa, que “prefere as vias aventurosas de uma razão dinâmica e aberta [...], atenta ao valor da intuição, do sentimento e da crença [...], um pensamento cujo anseio de libertador criacionismo espiritual se não detém timidamente perante o fechado rosto do mais secreto enigma”; ao invés da filosofia que tem presidido à modernidade, “porque sabe que a razão judiciosa ou a ciência do mundo sensível, fundamento de toda a filosofia europeia do Renascimento ao Romantismo, estão imersas no seio da própria cisão” (p. 45). A afinidade deste e de outros passos com posições de Álvaro Ribeiro, José Marinho e António Quadros – sem pôr em causa “o pensamento autónomo, livre e singular dos autores”, conforme a revista adverte no final do índice –, confirmam a marca da escola da filosofia portuguesa, no âmbito da qual António Braz Teixeira afirmou a sua identidade intelectual. De modo que a evolução posterior deve entender-se na perspectiva criacionista, por ele mesmo considerada característica da nossa melhor tradição filosófica.

*

De modo algum pretendi, como julgo evidente, traçar o perfil completo de uma obra que, valha a verdade, é demasiado ampla, rica e complexa para que a pudesse abarcar, ainda que de relance. Procurei apenas sublinhar e documentar uma dimensão que tem sido por vezes menos atendida, porque contende talvez ao que, noutras perspectivas, maior apreço suscita. Aliás, quantas figuras de primeiro plano na história do pensamento deram azo a orientações contrapostas ou lhes serviram de referência?

O estilo, mais do que na ficção literária talvez, deveria merecer atenta consideração no filosofar, como arte da palavra que é, visto não só a filologia, mas a gramática, a retórica e a dialéctica, em suma, a lógica, estarem no seu cerne. Por essa razão também achei importante transcrever vários trechos da sua primeira fase, não recuperados para as edições em livro, de molde a pô-los em confronto aos mais recentes e melhor conhecidos. Espero contribuir assim para a leitura dinâmica de cerca de seis decénios de labor, marcado pela coerência tética, cujos matizes resultam sobretudo do amadurecimento pessoal e de circunstâncias externas.

Valerá a pena acrescentar apenas duas ou três notas. A primeira para sublinhar que o rigor, seja da linguagem, das noções, do raciocínio, do recurso às fontes, aliado à sobriedade e preocupação sistemática, não o configuram como propriamente

“especialista”, termo que raro aparecerá no seu vocabulário. A diversidade dos interesses, designadamente no domínio das artes, manifestada desde muito cedo, como que o inibe da tentação de separar, senão provisória e metodicamente, o que, na verdade, só se entende bem quando considerado na totalidade onde se integra ou, pelo menos, na maior amplitude das suas relações.

Por isso não é de estranhar que quem tão cuidada, larga e original obra reflexiva tem produzido, aceitasse assumir responsabilidades, mormente de direcção, em domínios por sinal fortemente expostos ao juízo público, quantas vezes pouco isento. Dir-se-ia que teve sempre presentes as advertências complementares de Miguel de Unamuno e de José Marinho: filósofo que não é homem, não é verdadeiro filósofo; mas homem que não é filósofo, não é também homem de verdade. Daí que seja tão difícil, no caso, falar de um sem implicar o outro, que é afinal o mesmo.

Na sua condição de português, António Braz Teixeira não só não renegou a necessária assunção da responsabilidade pela sua história, pelos seus feitos e até defeitos, como continua a considerar Portugal em todas as dimensões em que se tem projectado, designadamente as culturais. O interesse que tem dedicado às culturas de matriz lusíada está, aliás, de acordo com a tradição em que se integra, tendo tido, por exemplo, significativa atenção na revista *Espiral*. No entanto, poucos têm ido tão longe e sido tão persistentes no esforço para acompanhar e compreender, numa intenção mais futurante do que historicista, as linhas de convergência e de divergência entre culturas sujeitas a condicionalismos assaz diferentes.

Se há autores cuja obra ganhe em ser lida a partir das derradeiras expressões da sua demanda, como julgo acontecer, por exemplo, com Junqueiro e Bruno, outros há onde se justifica o procedimento inverso, ou seja, o de procurar nas intuições ou teses de partida a chave para interpretar os sucessivos passos dados para as desenvolver e confirmar. Método ainda mais adequado quando se está perante alguém que, tendo encontrado uma linhagem espiritual com que se identificou no essencial, de melhores condições dispôs para elaborar a sua visão pessoal. É digno de registo que já em 1961, respondendo a um inquérito promovido por Pinharanda Gomes, António Braz Teixeira tivesse tornado clara a opção “entre os que, lucidamente, souberam ver na assunção da situação da pátria, na meditação da sua filosofia e no movimento da sua cultura a única via de universalidade possível e aqueles que, enredados no sofisma da oposição nacional-universal, negam tal universalidade, em nome dum falacioso universalismo

internacionalista ou universitário” (*Convergências & Afinidades. Homenagem a António Braz Teixeira*, Lisboa, 2008, p. 227).

O processo que os poetas, quais profetas, tinham iniciado na transição do século XIX para o XX e atingiu momentos altos sobretudo com Junqueiro, Pascoaes e Pessoa, foi muito mais moroso no domínio da filosofia, dada a dificuldade de romper a prolongada e entranhada dependência do prestígio da bibliografia importada. Só pelos meados do século XX a inspirada lucidez de José Marinho e Álvaro Ribeiro logrou quebrar o ciclo de dois séculos de iniciativas isoladas; ancorados numa tradição de contornos ainda mal definidos, estimulados por uma geração de jovens talentosos, protagonizaram o mais fecundo movimento especulativo que desde há muito se revelou entre nós. A ele está indissolúvelmente ligado o pensamento de António Braz Teixeira, quem, por sua vez, lhe imprimiu a sua marca pessoal, como muitos podem hoje testemunhar. Assim, tanto como pela obra realizada e em curso, homenagem lhe é devida pela discreta sabedoria com que tem despertado, orientado e viabilizado vocações capazes de abrir novos horizontes ao movimento da filosofia portuguesa.

